

MONUMENTUM

TJDFT – PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA – SEGD – NUAMI – ANO VII, Nº 45, JULHO/AGOSTO DE 2017

CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO NÚCLEO BANDEIRANTE CIDADE PIONEIRA DO DF

Nessa edição o **Informativo Histórico Monumentum** traz para os seus leitores a história da instalação da Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante.

A CIDADE PIONEIRA

A *Cidade Livre* surgiu antes mesmo do nascimento de Brasília, em 1956, com a chegada dos “candangos” para a construção da nova Capital, hoje, conhecida como região administrativa do Núcleo Bandeirante.

Conforme já destacado na edição nº 41, de junho/julho de 2016 do *Monumentum*, o local funcionava como um centro comercial, para prestação de serviços e, ainda, recreativo, servindo a todos, e as lojas não pagavam impostos, motivo esse, segundo relatos, da origem do nome “Cidade Livre”. Era o ponto de lazer dos operários nos finais de semana e, também, o ponto de desembarque dos migrantes para serem recrutados pelas construtoras.

O assentamento era formado por barracos de madeira, que deveriam existir por quatro anos para, depois, serem desmontados. Por esse motivo, a cessão daqueles lotes foi feita pelo regime de comodato, sem escritura definitiva, pois deveriam ser devolvidos à Novacap ao final do período estabelecido, antes da inauguração de Brasília.

Devido à proximidade da inauguração da Capital, os rumores da desmontagem da Cidade Livre foram aumentando e, com isso, formaram-se movimentos de moradores, a fim de reivindicarem a sua permanência. Com a resistência dos moradores, a cidade que deveria ser desativada com a inauguração de Brasília foi preservada e devidamente incorporada ao Distrito Federal. Em 1964, o Núcleo Bandeirante tornou-se região administrativa¹. As edificações de madeira foram substituídas gradativamente por alvenarias.

Candangos na Cidade Livre, Núcleo Bandeirante, 1957-1960.
Crédito: site do Iphan.

¹ O Distrito Federal (DF) não possui prefeitos ou vereadores, pois a Constituição Federal de 1988, artigo 32, proíbe expressamente que o DF seja dividido em municípios, sendo considerado uno. Contudo o DF é dividido em regiões administrativas.

A divisão do Distrito Federal em regiões administrativas (RDs) foi estabelecida através da Lei nº 4.545/64. Leis posteriores criaram novas regiões administrativas, atualmente em número de 31.

Antigamente, essas RDs eram denominadas apenas de “cidades-satélites”. No DF, nos documentos do governo, o uso do termo “satélite” para se referir às cidades situadas no Distrito Federal foi proibido pelo decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998.



DO FÓRUM À CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA

Desde então, o Núcleo Bandeirante cresceu exponencialmente, e em 2005 o TJDFT deu início ao projeto de construção do Fórum do Núcleo Bandeirante (Ata da 1ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno Administrativo, realizada em 1º de fevereiro de 2005). Logo em seguida houve o lançamento da pedra fundamental e efetivo início das obras. Atendeu-se, portanto, a uma antiga reivindicação da população local, que precisava se deslocar até o Fórum de Brasília quando necessitava de atendimento judiciário.

No dia 14 de novembro de 2005, a equipe das obras do fórum realizou a “festa da cumeeira”, que celebrava a colocação da cobertura do Fórum, localizado na Avenida do Contorno, lote 14, ocupando uma área de 6.014 m² e contando com estacionamento subterrâneo e dois pavimentos.

Em 19 de abril de 2006, a obra foi concluída e inaugurada em cerimônia capitaneada pelo então Presidente do TJDFT, desembargador José Jeronymo de Sousa. O Fórum recebeu o nome do 1º Desembargador de Justiça do DF, Hugo Auler. A inauguração contou com a presença de autoridades do Judiciário local, familiares do homenageado e cidadãos pioneiros de Brasília. Dois Juizados Especiais foram instalados no local, mas, ainda, vinculado à Circunscrição Judiciária de Brasília.

O Diretor do Fórum recém inaugurado, à época, Juiz Asiel Henrique de Souza, disse na ocasião: “é um passo importante para a emancipação da própria cidade. O acesso à Justiça ainda é um dos gargalos de se fazer Justiça hoje. E essas dificuldades não são só processuais, mas também físicas. Um fórum mais próximo do cidadão é um elemento facilitador”.

O nome do desembargador Hugo Auler escolhido para nomear o Fórum foi sugerido pelo então Vice-Presidente, desembargador Romão C. de Oliveira, ao Tribunal Pleno Administrativo,

reunião realizada em 24 de fevereiro de 2006. Na ocasião, ele sustentou que se homenageassem, inicialmente, os magistrados falecidos por ordem de antiguidade, desde a primeira presidência, e esgotados estes nomes fossem homenageadas pessoas do Distrito Federal vinculadas à área jurídica. Desta forma, lembrou-se do desembargador Hugo Auler, 1º Presidente do Tribunal, para o Fórum do Núcleo Bandeirante, o que foi aprovado à unanimidade pelo Tribunal.

Hugo Auler foi escolhido pelo Presidente Juscelino Kubitschek, dentro do quadro de Desembargadores do antigo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para dar os primeiros passos da Justiça na nova Capital Federal.

No dia 4 de novembro de 2009, a partir da Lei 11.697/2008, que dispõe sobre a Organização Judiciária do DF e dos Territórios, e regulamentada por meio da Resolução N.º 13/2009 do TJDFT, inaugura-se, finalmente, a Circunscrição Judiciária do Núcleo Bandeirante, contando com uma Vara Cível, de Família, Órfãos e Sucessões; uma Vara Criminal, do Tribunal do Júri e dos Delitos de Trânsito; além dos dois Juizados Especiais que já funcionavam desde 2006 que foram integrados à Circunscrição. Além de atender à população do Núcleo Bandeirante, a nova Circunscrição Judiciária tem a competência para decidir demandas dos moradores da Candangolândia e do *Park Way*.

Para acompanhar o crescimento da população, o número de juízos foi ampliado ao longo do tempo e, atualmente, está assim distribuído: Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões; Vara Criminal e Tribunal do Júri; Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher; Juizado Especial Cível e Criminal; Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CESJUSCNUB); Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania do Programa Justiça Restaurativa; Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.

A força de trabalho da Circunscrição é composta, entre magistrados, servidores, terceirizados e estagiários, em cerca de 120 pessoas, as quais atendem a uma população de aproximadamente 26.089 habitantes.



BIOGRAFIA DO DESEMBARGADOR HUGO AULER

- 📖 Des. Hugo Auler nasceu em 7 de fevereiro de 1908, na cidade de Petrópolis/RJ.
- 📖 Bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito em 1930 e pós-graduado pela Escola Superior de Guerra/ADESG em 1972. Exerceu diversas atividades profissionais, dentre as quais se destacam: delegado no Estado Maior da Presidência da República; Juiz Substituto da Justiça do antigo Distrito Federal, em 1940; Juiz de Direito da 3ª Vara Cível da Justiça do antigo Distrito Federal, em 1944; Desembargador do Tribunal de Justiça do antigo Distrito Federal, em 1956.
- 📖 Com a mudança da Capital Federal para Brasília, foi nomeado Desembargador do TJDF, em 12/5/1960, sendo designado para instalar o Poder Judiciário na nova Capital e logo em seguida foi eleito o **1º Presidente do TJDF**, biênio 1960/62. E ainda, eleito Juiz efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, em 5/9/1960.
- 📖 Reeleito Presidente do TJDF, biênio 1962/64.
- 📖 Atuou no Tribunal Federal de Recursos, biênio 1964/66.
- 📖 Designado para constituir a Comissão encarregada da elaboração do Regulamento do Concurso e do Julgamento das provas para Juiz Substituto da Justiça do Distrito Federal, em 1970.
- 📖 Aposentou-se no cargo de Desembargador do TJDF em 23/1/1973.
- 📖 Foi professor de Direito Civil na Faculdade Gama Filho, Rio de Janeiro, e professor de Direito Comercial na Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal.
- 📖 Designado membro da Comissão Especial para Assessorar a Formação do Patrimônio Artístico do Palácio do Buriti, por solicitação do Governador do DF, Hélio Prates de Silveira (1969 a 1974).
- 📖 Crítico de arte dos Jornais Correio Braziliense e de Brasília.
- 📖 Membro da Associação Internacional de Críticos de Arte – Seção Brasileira.
- 📖 Membro de júri de bienais internacionais de São Paulo.
- 📖 Recebeu diversas condecorações.
- 📖 Trabalhos publicados, a saber:
 - ✂ O aprismo contra a segurança nacional. Rio de Janeiro, 1939;
 - ✂ Polícia Judiciária. Rio de Janeiro, 1940;
 - ✂ Teoria e Prática do Direito. Rio de Janeiro, 1949;
 - ✂ Contribución al nuevo Derecho Constitucional de Bolívia. La Paz, 1956;
 - ✂ Suspensão condicional da execução da pena. Rio de Janeiro, 1957.
- 📖 O Desembargador faleceu em 13 de março de 1980.

Saiba mais

Circunscrição Judiciária?

O termo circunscrição significa uma divisão territorial que pode ser administrativa, militar, eleitoral, eclesiástica ou judiciária.

A circunscrição judiciária é uma forma de delimitação de território, ou definição de área de competência onde o magistrado exerce sua autoridade.

Para entender melhor o conceito de circunscrição judiciária, incumbe explicar o conceito de comarca que é o território ou circunscrição territorial nos Estados em que o juiz de direito de 1ª instância exerce sua jurisdição; fundamentado em índices estipulados em lei estadual.

No Distrito Federal, a lei de organização judiciária, nº 11.697, de 13 de junho de 2008, determinou que a delimitação judiciária fosse feita em circunscrições.



PRÓXIMOS EVENTOS

MEMORIAL 2017

17 de julho a 28 de julho

Exposição de Pinturas

Esboçando Arte » do artista plástico Tony Lima

26 de julho, às 16h

Lançamento do Livro Infantil

Fera » da escritora Arlinda Alves de Sousa

7 de agosto a 18 de agosto

Exposição de Pinturas

Reviver » da artista plástica Haydevalda

28 de agosto a 8 de setembro

Exposições de Pinturas

Geometria Abstrata » do artista plástico Hosana Bezerra

Exposição de Fotografias

Tragicomédia Cotidiana » do fotógrafo Pedro Mendes

18 de setembro a 29 de setembro

Exposição de Pinturas

Coloridos Traços Brasileiros » do artista plástico Alexandro Almeida

9 de outubro a 20 de outubro

Exposição Coletiva de Pinturas

Professora Lenângela e suas Alunas » coordenado pela artista plástica Sílvia Medeiros e outras

13 de novembro a 24 de novembro

Exposição de Fotografias

Bangüê » do fotógrafo Weverson Paulino

O Memorial TJDFT funciona no 10º andar, Bloco A, Ala A, do Fórum de Brasília, e está aberto para visitas de segunda a sexta, de 12h as 19h.

Acesse nossa página, clique [aqui](#).

SITES DE PESQUISAS

Wikipedia

Memorial JK

Imprensa do TJDFT

Biografias Memorial TJDFT

EXPEDIENTE

Des. Mario Machado Vieira Netto
Presidente

Des. Humberto Adjuto Ulhôa
1º Vice-Presidente

Des. José Jacinto Costa Carvalho
2º Vice-Presidente

Des. José Cruz Macedo
Corregedor

Núcleo de Apoio à Preservação da Memória Institucional – NUAMI
Conteúdo e Redação

Assessoria de Comunicação Social – ACS
Projeto Gráfico e Diagramação